



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 579
CONT. Nº 043-2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA** E **OI S/A**, TENDO COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) PARA A REALIZAÇÃO DE CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA, COM DESTINO A TELEFONES FIXOS E MÓVEIS, A SER EXECUTADA DE FORMA CONTÍNUA, ORIGINADAS DE LINHAS ANALÓGICAS OU FLUXO E1 E RECEPÇÃO DE CHAMADAS EM LINHAS ANALÓGICAS OU DIRETAMENTE NOS RAMAIS (DDR), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, PREVISÕES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL.

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA**, constituída sob a forma de empresa pública, vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, estabelecida em Paranaguá - PR, na Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, doravante denominada simplesmente de APPA e representada neste ato pelo seu Diretor Presidente **LUIZ HENRIQUE TESSUTTI DIVIDINO**, portador do RG sob nº 11.838.087/SSP/SP e CPF/MF nº 058.594.128-94 e pelo seu Diretor Empresarial, **LOURENÇO FREGONESE**, portador do RG nº 1.262.963-0-PR. e CPF/MF nº 403.358.449-87, assistidos pela Diretora Jurídica **JACQUELINE ANDREA WENDPAP**, inscrita na OAB/PR sob o nº 13.027 e no CPF/MF nº 553.387.639-15 doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **OI S/A**, inscrito na CNPJ/MF sob o n.º 76.535.764/0321-85, com sede na Av Manoel Ribas, 115 - 10º Andar, Mercês - Curitiba/PR, CEP 80.510-020, neste ato representada legalmente pelo seu Gerente de Atenção a Clientes **NILSON MIGUEL ESTEVÃO**, RG 4.252.211-2 SSP-PR, inscrito no CPF 689.130.609-49 e pelo seu Gerente de Vendas **CLAUDIO ROCHA VASCONCELOS**, RG M-3.418.939 SSP-MG, inscrito no CPF 859.848.686-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, acordam em celebrar o presente contrato, que será regido nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/07, mediante as cláusulas e condições ora transcritas.

Ainda a prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá às disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016, para o lote 02.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VIGÊNCIA, REGIME DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, sob regime indireto, de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância, com destino a telefones fixos e móveis, a ser executada de forma contínua, originadas de linhas analógicas ou fluxo E1 e recepção de chamadas em linhas analógicas ou diretamente nos ramais (DDR), nos termos da legislação em vigor, para as diversas localidades do Estado arroladas no documento Anexo I do Edital, Lote 02, Itens 01 e 02 (código GMS 0122.28028 e 0122-28021, respectivamente), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 06/09/2016 a 05/09/2018.

1.2. O prazo de vigência fixado poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses se porventura a **CONTRATANTE** atingir o valor global do contrato.

1.2.1. O prazo contratual poderá ser renovado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos de 12 (doze) meses, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 103 e 104 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

1.3. Os serviços serão pagos sob o regime de empreitada, ou seja, pelo valor dos minutos de cada tipo de ligação realizada e dos serviços requeridos pela **CONTRATANTE**, sob os preços e o limite valorativo global indicados neste contrato.

1.4. O Gestor do contrato será indicado pelo órgão ou (unidade), cabendo ao funcionário a ser oportunamente nomeado através de ordem específica de nomeação a ser expedida pela Presidência da **CONTRATANTE** o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, nos termos do artigo 67 e parágrafos, da Lei 8666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único—Da designação de elementos credenciados e da fiscalização do contrato.

Cada uma das partes envolvidas, designará elementos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referentes à execução deste contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:

I - Cada uma das partes deverá comunicar formalmente à outra, os elementos designados conforme item anterior, informando o nome completo, endereço e telefone para contato;

II - Os elementos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências desde que não alterem o presente Contrato, em reuniões documentadas por atas e assinadas pelos elementos credenciados de ambas as partes;

III - Todas as comunicações sobre o desenvolvimento da execução do objeto do presente Contrato serão formalizadas por escrito e dirigidas ao elemento credenciado da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência dos trabalhos.

IV - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelos órgãos e entidades Contratantes, as quais competirá fiscalizar, controlar e avaliar a execução dos serviços, bem como a aplicação de penalidades, sob o devido processo legal caso haja



descumprimento das obrigações contratadas. À SEAP, buscando manter os procedimentos de forma padronizada, caberá a gestão dos processos de contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS CUSTOS

2.1. A despesa com a execução deste contrato dar-se-á consoante os preços unitários fixados e os valores globais estimados mensalmente, de acordo com a proposta com os valores arrematados no pregão eletrônico 225/2016.

2.1.1. O valor global máximo estimado para o presente contrato perfaz R\$ 41.632,80 (quarenta e um mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), cujo montante reflete o valor estimado mensal multiplicado pelo número de meses previstos para o contrato, e traduz a quantidade máxima estimada de minutos, para todos os tipos de ligação, e de serviços a serem contratados no período.

2.1.2. As quantidades de minutos para cada tipo de ligação e de serviços, podem variar para mais ou menos, a depender da necessidade da **CONTRATANTE**, sempre observado o limite do valor global deste contrato.

2.2. É vedado o acréscimo de qualquer preço ao valor pactuado por minuto e serviço contrato.

2.3. O fato da **CONTRATADA**, por qualquer motivo, colocar na unidade usuária equipamento tecnicamente superior ou de maior capacidade não ensejará qualquer pagamento adicional ou modificação dos prazos previstos para atendimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento pela prestação dos serviços objeto deste contrato será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da fatura ou nota fiscal para a **CONTRATANTE**, desde que devidamente aprovadas e atestadas e deduzidas glosas ou notas de débitos.

3.1.1. A **CONTRATANTE** deverá dar preferência para pagamento das faturas através do sistema de código de barras.

3.2. Para fins de pagamento pelo **CONTRATANTE**, independentemente se os serviços foram prestados direta ou indiretamente pela **CONTRATADA**, a prestação efetiva e integral dos serviços descritos neste contrato é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.3. A nota fiscal ou fatura deverá obrigatoriamente identificar o mês da prestação do serviço, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, sendo que o CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

3.4. No caso de ser constatado irregularidade na documentação apresentada, a **CONTRATANTE** devolverá a nota fiscal ou fatura à **CONTRATADA** para as devidas correções.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 582
CONT. Nº 043-2016

3.5. Ocorrendo a devolução da fatura, a empresa contratada terá a condição de apresentação de nova nota fiscal/fatura para pagamento da parte não incontroversa, sem prejuízo da análise da parte contestada.

3.6. Ocorrendo a suspensão do pagamento, a **CONTRATADA** será notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias regularize as condições da prestação do serviço ou apresente justificativa.

3.6.1. Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a solução das respectivas pendências;

3.7. Por ocasião da primeira e da última nota fiscal ou fatura emitidas sob este contrato, o faturamento deverá incidir sobre os minutos de ligação do período considerado.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, em decorrência de penalidade ou inadimplência, ou fiscal que tenha sido imposta à **CONTRATADA**, nos termos da legislação vigente e do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da **CONTRATADA**, nos termos dos critérios técnicos fixados no Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016 e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima:

a) Garantir a qualidade das ligações fornecidas, independentemente do meio sem linha cruzada e sem queda de ligações;

b) Fornecer informações, relatórios e arquivos com detalhes sobre as ligações;

c) Facilitar o processo de transição e ativação dos serviços, infraestrutura e números, no caso mudança de operadora ou alterações nos serviços prestados, adequando a sua ativação às necessidades e características da infraestrutura atualmente em uso no órgão interessado, buscando minimizar qualquer impacto;

d) Manter Plano de Contingência estabelecido de comum acordo, a ser utilizado em caso de manutenção programada e não programada na infraestrutura da **CONTRATADA** e no Órgão interessado;

e) Cumprir os requisitos estabelecidos no Anexo I.III – Operação e Níveis de Serviço;

f) Ter a capacidade técnica, quando solicitado, de ativar terminais telefônicos analógicos e fluxos E1 para DDR, junto à(s) Central(is) Telefônica(s) de cada órgão contratante, acatando acréscimos e supressões solicitadas;

g) Que as linhas telefônicas analógicas individuais fornecidas pela **CONTRATADA** deverão ter capacidade de reconhecimento de discagem decádica e/ou multifrequencial;

h) Promover a ativação ou desativação da identificação do número de origem da chamada para qualquer terminal contratado, seja analógico ou fluxo E1, a qualquer tempo quando solicitado pelo órgão contratante;

i) Os terminais analógicos e fluxos E1 constantes no Anexo I correspondem às quantidades iniciais e poderão ser modificadas para mais ou para menos conforme a tendência do volume de ligações;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 583
CONT. Nº 043-2016

j) Para a prestação de serviços de telefonia local, a **CONTRATADA** deverá fornecer e conectar Troncos bidirecionais de Entrada e Troncos de Saída;

k) Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos bidirecionais de Entrada e Saída, e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela **CONTRATADA**, sem ônus de qualquer natureza para a **CONTRATANTE**;

l) A preparação para fornecimento dos serviços inclui a instalação, por parte da **CONTRATADA**, e às suas expensas, de sistemas, programações, configurações, bastidores, links e todos os dispositivos necessários para a prestação dos serviços;

m) Caso não tenha capacidade técnica, quando solicitado pelo órgão contratante, a qualquer tempo, de ativar terminais telefônicos analógicos em qualquer endereço dos lotes deste edital, deverá fornecer fluxo E1, responsabilizando-se integralmente pela instalação, operação e manutenção da infraestrutura necessária, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**;

n) Efetuar ampliações ou supressões de capacidades que se fizerem necessárias, dentro dos prazos acordados com os órgãos contratantes, sujeitando-se às penalidades no caso de não atendimento;

o) As linhas convencionais e os fluxos E1, devem atender a interligação com o sistema telefônico corporativo do Governo do Estado;

p) Após a assinatura do contrato, a **CONTRATADA**, caso esta seja diferente da empresa que presta o serviço atualmente, deverá submeter à aprovação do ÓRGÃO CONTRATANTE um plano de implementação da portabilidade;

q) Caso ocorra modificação de operadora que atende a telefonia local do Órgão Contratante, as alterações devem contemplar as seguintes atividades, dentre outras:

r) Implementação da Portabilidade para as linhas analógicas e digitais indicadas pelo órgão contratante;

s) Definição dos procedimentos técnicos de testes de aceitação;

t) Caso a empresa vencedora de um lote já esteja prestando o serviço, esta empresa deverá manter todos os recursos existentes anteriormente no local, salvo solicitação formal de alteração do órgão contratante.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 584
CONT. Nº 043-2016

u) A implementação da portabilidade, nos casos dos lotes em que a Contratada seja uma empresa diferente daquela que presta os serviços atualmente, deverá contemplar no mínimo os seguintes testes:

v) O tom de linha disponível para a marcação do número a ser chamado, no período de maior movimento, deverá ser liberado em no máximo três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;

w) Para os terminais DDR, deverá ser possível receber chamadas diretamente nos ramais para todas as faixas de numeração contratadas.

x) A **CONTRATADA** deverá estabelecer entendimentos técnicos para assegurar que, durante a transição, o órgão contratante não necessite aumentar a quantidade de troncos públicos de suas centrais telefônicas;

y) Interrupções para manutenção e transição no fornecimento das ligações e serviços associados somente serão aceitas com negociação técnica prévia com o órgão contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, de forma a minimizar o impacto operacional;

z) Os serviços contratados deverão ter, conforme sua característica, a garantia de disponibilidade conforme os critérios definidos neste contrato e seus anexos.

a.1) Na ocorrência de defeitos que impeçam a operação normal dos serviços, o órgão **CONTRATANTE** fará a notificação à **CONTRATADA**; para tanto, a **CONTRATADA** deverá estabelecer um canal de comunicação para registro de reclamações sobre o objeto contratado, com funcionamento ininterrupto no período de 24 horas, 7 dias por semana e que tenha condições de fornecer número de protocolo para acompanhamento das solicitações de esclarecimento ou reclamações registradas. O acompanhamento deve utilizar o prazo calculado entre a data e hora do registro do protocolo do primeiro contato do órgão contratante com a **CONTRATADA**, até a percepção pelo órgão contratante do serviço realizado e operando normalmente.

b.1) O órgão contratante considerará o serviço restabelecido mediante a percepção na qualidade no fornecimento do mesmo. Para tanto poderá solicitar testes e acompanhamentos durante o reinício da operação.

c.1) Na ocorrência de qualquer evento que venha a impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos para correção dos problemas técnicos, uma ação de contingência deverá ser assumida, com a finalidade de minimizar o impacto do problema e garantir a funcionalidade dos serviços.

d.1) Nos casos de intervenções programadas que venham a afetar quaisquer dos serviços prestados, deverá informar por escrito a área gestora do contrato.



e.1) Deverá manter contato direto com o Gestor do Contrato, bem como outros servidores indicados pela Contratante, para realizar solicitações relativas a esta contratação tais como habilitação, desabilitação, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REQUISITOS À OPERAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS

5.1. São requisitos obrigatórios, a serem cumpridos pela **CONTRATADA**, para a operação contínua dos serviços:

a) Para cada terminal telefônico analógico em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 7 (sete) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;

b) As falhas em terminais analógicos deverão ser restabelecidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

c) Para cada fluxo E1 em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 4 (quatro) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;

d) As falhas em fluxos E1 deverão ser restabelecidas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

e) Durante a operação contínua dos serviços, a qualidade das chamadas deve ser garantida: nível de ruído aceitável, volume adequado, sem linha cruzada, sem atraso do áudio e sem queda de ligações;

f) O tom de linha deverá estar disponível para a marcação do número a ser chamado em, no máximo, três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;

g) O tempo máximo para estabelecimento da conexão das chamadas deve ser inferior a 6 (seis) segundos;

h) Informar a ocorrência de interrupção programada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

i) Informar a ocorrência de interrupção não programada em até 02 (duas) posteriores à ocorrência, mediante notificação do órgão contratante;

j) Prestar esclarecimentos sobre qualquer aspecto de faturamento, técnico ou operacional deste contrato, quando solicitado, em até 48 (quarenta e oito) horas;



k) Ativar terminais telefônicos quando solicitado pelo órgão contratante em até 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato.
- b) Promover a fiscalização da execução dos serviços contratados.
- c) Propor ou aceitar, nos termos da Lei, alterações aos termos do contrato celebrado com a **CONTRATADA**, que visem o seu aprimoramento no atendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. No âmbito da sua responsabilidade, apurada mediante o devido contraditório, a **CONTRATADA** responde civil, penal e administrativamente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, de forma solidária, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, tanto em suas unidades próprias como na(s) da(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento das exigências estabelecidas no item 2, Anexo I.III, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I – 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 7 (sete) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três) / por mês, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.1;

II – 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.2;

III - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 4 (quatro) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três), com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.3;

IV - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.4;

V – Para cada terminal telefônico afetado, 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência detectada por 02 (dois) dias consecutivos, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os requisitos estabelecidos nos itens 2.5, 2.6 e 2.7;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 587
CONT. Nº 043-2016

- VI – Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.8;
- VII - Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.9;
- VIII – Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, para o requisito estabelecido no item 2.10;
- IX - Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, por terminal, para o requisito estabelecido no item 2.11;
- X – As penalidades poderão ser cumulativas quando for o caso;
- XI – O valor da multa deverá ser aplicado como desconto na próxima nota fiscal / fatura a ser apresentada pela Contratada;
- XII – As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- XIII – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.
- XIX - Conforme previsto no item 1.2 o prazo máximo de recuperação de falhas é de 24 horas não sendo objeto de penalidade eventos inferiores a este prazo. No caso de penalidades devido a reincidências mensais estas somente se aplicarão se maiores que 03 reincidências dentro de um mesmo mês.
- XX - Como aqui todos os serviços estão sendo medidos individualmente por acesso, as penalidades quando aplicadas, também serão contabilizadas especificamente sobre o faturamento mensal dos serviços afetados. Excluem-se daqui quaisquer eventos sob responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus equipamentos.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. No interesse do órgão **CONTRATANTE**, poderá haver a “alteração” do contrato, especificamente em relação ao aumento ou supressão do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global arrematado que se estima para todo o contrato, conforme previsão do art. 112, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.1.1. O limite de 25% (vinte e cinco por cento) referido terá por base o valor global arrematado para o contrato, conforme se dispõe na Cláusula Segunda.

9.1.2. É possível a alteração qualitativa do contrato que supere os limites legais, nos termos do art. 112, § 2º, da Lei Estadual nº 15.608/07.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Diretoria Jurídica – APPA/DIJUR



LIVRO Nº 035
FL. Nº 588
CONT. Nº 043-2016

9.2. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do art. 112 da Lei Estadual 15.608/07.

9.3 Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, Acórdão TCU nº 1563/2004 - Plenário e artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a partir da demonstração analítica, pela contratada, dos componentes dos custos que integram o contrato.

9.3.1 O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

9.3.2 Considera-se a data do orçamento, o IST para telefonia fixa do mês anterior o da data da apresentação da proposta, ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

9.4. A **CONTRATADA** deverá encaminhar os pedidos por escrito, juntamente com os documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. O contrato, a ordem de serviço/compra ou documento equivalente poderão ser rescindidos (ou cancelados) pela Administração nas seguintes hipóteses:

- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei Federal 8.666/1993.
- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 128 e 129 da Lei 15.608/2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** poderá considerar resolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

- deixar de executar o objeto do contrato, nos prazos estabelecidos, ou infringir qualquer disposição contratada;
- tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;



- c) recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do serviço;
- d) atrasar, injustificadamente, a prestação dos serviços;
- e) promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUDITORIA

11.1. O cumprimento das obrigações avençadas neste contrato será, imediata e permanentemente, monitorado pela CONTRATANTE, à qual é reservado o direito de solicitar informações de cunho gerencial, administrativo e técnico à **CONTRATADA**,

com o objetivo de avaliação de índices de desempenho, de satisfação e de qualidade, que deverão ser utilizados pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA para promoção da saúde dos beneficiários, através de políticas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

12.1 A garantia de execução será exigida da licitante vencedora, previamente à celebração de cada contato pela autoridade competente de cada um dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual Direta e Indireta participantes da presente licitação.

12.2 A garantia deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor correspondente a 24 (vinte e quatro) meses do contrato, e será destinada a assegurar a boa e fiel execução e o pagamento de eventual inadimplemento das obrigações e dos encargos sociais e trabalhista da contratada.

12.3 A não apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

12.4 A garantia deverá vigorar até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver, renovação contratual, revisão de preços ou acréscimo contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 4.2 da minuta do contrato.

12.5 A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

12.5.1 A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o art. 827 do Código Civil.

12.6 A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no item 8 da minuta do contrato, após a verificação, pela **CONTRATANTE**, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido e não existam pendências.



LIVRO Nº 035
FL. Nº 590
CONT. Nº 043-2016

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LACUNAS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação e da jurisprudência aplicáveis à espécie, com vistas a melhor cumprir a função social do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

14.1. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária 7781.333902.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES CONTRATOS

15.1. A prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o presente contrato, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

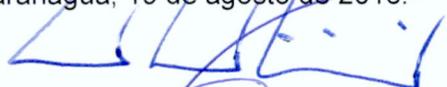
Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016 com todos os seus anexos.

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela **CONTRATADA**.

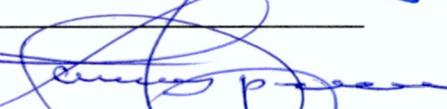
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Paranaguá/PR, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Paranaguá, 19 de agosto de 2016.



LUIZ HENRIQUE TESSUTTI DIVIDINO
DIRETOR PRESIDENTE DA APPA



LOURENÇO FREGONESE
DIRETOR EMPRESARIAL DA APPA



JACQUELINE ANDREA WENDPAP
DIRETORA JURÍDICA DA APPA



NILSON MIGUEL ESTEVÃO
GERENTE DE ATENÇÃO AO CLIENTE DA OI



CLAUDIO ROCHA VASCONCELOS
GERENTE DE VENDAS DA OI



TESTEMUNHA
RG: 7.587.784-6



TESTEMUNHA
RG: 1.554.369-8 PR.